# ESPIONAGEM E SENSORIAMENTO REMOTO (1) (2)

Mário Antônio Conceição



Copyright © 2016, D' Plácido Editora. Copyright © 2016, Mário Antônio Conceição.

# **Editor Chefe**

Plácido Arraes

# **Produtor Editorial**

Tales Leon de Marco

#### Capa

Tales Leon de Marco (Sobre imagem do sensor HRC, a bordo do satélite CBERS 2B em 21/08/2009. INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)

#### Diagramação

Bárbara Rodrigues da Silva

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D`Plácido Editora.



#### Editora D'Plácido

Av. Brasil, 1843 , Savassi Belo Horizonte - MG Tel.: 3261 2801

CEP 30140-002

#### Catalogação na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

CONCEIÇÃO, Mário Antonio.

Espionagem e sensoriamento remoto -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

Bibliografia

ISBN: 978-85-67020-43-3

1. Direito Internacional 2. Espionagem 3. Sensoriamento remoto 1. Título

CDU349

CDD 342.2



# Sumário

PREF	ÁCIO	.14
APRE	SENTAÇÃO	.21
21	RODUÇÃO	.23
2. SEN	ISORIAMENTO REMOTO	29
2.1 Γ	Oo Sensoriamento Remoto	.29
2.1	.1 Definição	29
2.1	.2 A evolução da técnica	37
2.1	.3 Espionagem e sensoriamento	44
2.2 [	Da normatividade	50
2.2.1	Internacional	.50
	2.2.1.1 Soft Law (Resoluções, Princípios sobre o sensoriamento remoto de 1986 e Documentos da União Internacional	
36	de Telecomunicações)	54
	2.2.1.2 Hard Law (Carta da ONU, Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividad dos Estados na Exploração e Uso do Espa	les
	Cósmico, inclusive a lua e demais corpos celestes.	70
2.2.2	Nacional.	77

# STJ00102609

2.2.2.1 No Brasil.	77
2.2.2.2 Nos EUA	80
2.2.2.3 Na França	83
2.3 Algumas possibilidades de uso	86
2.3.1 Sensoriamento, meio ambiente e	
catástrofes naturais.	86
2.3.2 Sensoriamento e Direitos humanos	102
2.3.3 Sensoriamento e Segurança	110
2.3.3.1Internacional	110
2.3.3.2 Nacional	114
3. DIREITOS HUMANOS	121
3.1 O Direito à intimidade numa perspectiva	
internacionalista	.121
3.1.1 A gênese do direito à intimidade	121
3.1.2 A dignidade da pessoa humana	136
3.1.3 O direito à intimidade:	144
3.3.1.1.A dupla dimensão do direito	
à intimidade	150
3.1.3.1.1 A dimensão subjetiva	.150
3.1.3.1.2. A dimensão objetiva	153
3.1.4.A doutrina do "castelo"	154
3.1.5 A doutrina dos "campos abertos"	160
3.1.6. As proteções internacionais	164
3.1.6.1. O Sistema da Organização	
das Nações Unidas	166
3.1.6.1.1 Os meios não jurisdicionais	
de proteção	167

# STJ00102609

3.1.6.1.2. Os meios jurisdicionais	
de proteção	171
3.1.6.2. O sistema do Conselho	
da Europa	176
3.1.6.3. O sistema do Pacto de San José.	182
3.2 Limites ao direito à intimidade	188
3.2.1 Gerais	188
3.2.1.1. Por atuação legislativa	193
3.2.1.2. Por atuação judicial	196
3.2.2. Específico	202
3.2.2.1 A inviolabilidade do domicílio	202
3.2.2.2. A inviolabilidade das comunicaç	ções
e a intimidade	205
3.2.3. O princípio da adequação e a	
proibição de ato invasivo	210
3. 3. O Direito à intimidade no	24.4
direito comparado	
3.3.1. O Direito à intimidade nos EUA	
3.3.2. O Direito à intimidade na França	
3.3.3. O Direito à intimidade no Brasil	
3.4 Estudo de casos paradigmáticos	
3.4.1 Nos EUA	226
3.4.2. Na França	255
3.4.3. No Brasil	263
3.4.4 Jurisprudência internacional	272
4. O SENSORIAMENTO REMOTO	
AMEAÇA/VIOLA O DIREITO	
À INTIMIDADE?	279

# STJ00102609

4.1 A intimidade ameaçada	284
4.1.1 A tecnologia e a mutação do direito à intimidade	292
4.1.2 O uso do sensoriamento remoto em lugares públicos	294
4.1.3 Mecanismos preventivos contra o abuso do uso	302
4.2 A intimidade respeitada	306
4.2.1 A constitucionalização e "convencionalização" do direito à intimidade.	307
4.2.2 O uso do sensoriamento remoto no processo penal brasileiro.	.315
4.2.3 O sensoriamento remoto e a intimida conciliação possível?	
CONCLUSÕES	.335
REFERÊNCIAS	351
ANEXOS	
ANEXO I	365
ANEXO II	374